

Contribuições da psicologia para o processo de inclusão da pessoa com deficiência intelectual: relato de uma experiência de estágio

Contributions of psychology to the process of inclusion of people with intellectual disabilities: report of an internship experience



ISSN 2358-7180

Edilene Magalhães Nunes¹, Gabriela Souza Silva Martins², Dalva Araújo de Jesus³, Enedina Mendes da Cruz⁴, Bruna Alves Viana⁵, Miriã Lima⁶

RESUMO

Dado o longo processo histórico de exclusão social e estigmatização da pessoa com Deficiência Intelectual, e a necessidade de romper com tais paradigmas, esse trabalho objetivou inserir os alunos da APAE de uma cidade do interior da Bahia, na busca pela reivindicação de direitos junto à comunidade e a adesão da comunidade nas políticas de inclusão. Trata-se de um relato de experiência de estágio do curso de Psicologia, cuja realização teve duração de 14 encontros. A princípio foram realizadas observações participantes e naturalísticas, bem como entrevistas para identificar uma demanda e posteriormente foi feita a intervenção, que incluiu as seguintes atividades: confecção de faixas e urnas através da arte, arrecadação de cupons fiscais, ensaio da peça teatral “O Nariz” com os alunos, confecção de folders e camisas, divulgação do slogan do projeto e confecção de materiais artísticos para exposição. O projeto encerrou com uma mobilização no centro da cidade com a presença de toda a instituição, onde foram expostos os materiais produzidos, apresentada a peça e dança. As atividades contribuíram para a divulgação dos direitos de inserção da pessoa com Deficiência Intelectual. Os alunos, que permaneciam numa posição de invisibilidade, tornaram-se protagonistas na luta pela garantia de seus direitos através do envolvimento nas atividades propostas. A prática de estágio contribuiu para sensibilizar e mobilizar futuros profissionais na luta pela garantia dos direitos da pessoa com Deficiência Intelectual e mostrar que o estudante de Psicologia pode tornar-se um agente transformador de si e do contexto em que está inserido.

Palavras-chave: Deficiência intelectual. Estigma. Direitos. Inclusão.

ABSTRACT

Given the long historical process of social exclusion and stigmatization of people with Intellectual Disabilities, and the need to break with such paradigms, this work aimed to insert APAE students from a city in the interior of Bahia, in the search for the claim of rights with the community and the community's adherence to inclusion

¹ Graduada em Psicologia. Centro Universitário FG (UniFG), Guanambi, Bahia, Brasil. E-mail: edilenenunesgbi@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2182-7619>.

² Graduada em Psicologia. Centro Universitário FG (UniFG), Guanambi, Bahia, Brasil. E-mail: gabriela0013@outlook.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8162-0786>.

³ Graduada em Psicologia. Centro Universitário FG (UniFG), Guanambi, Bahia, Brasil. E-mail: dalvaaraujo4275@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4010-8705>.

⁴ Graduada em Psicologia. Centro Universitário FG (UniFG), Guanambi, Bahia, Brasil. E-mail: edycruz1@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5048-0968>.

⁵ Graduada em Psicologia. Centro Universitário FG (UniFG), Guanambi, Bahia, Brasil. E-mail: brunaaviana@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8479-0684>.

⁶ Especialista em Saúde Mental e Substâncias Psicoativas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente do Centro Universitário FG (UniFG), Guanambi, Bahia, Brasil. E-mail: mirialima@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7726-2979>.

policies. It is an account of the experience of an internship in the Psychology course, which took 14 meetings to complete. At first, participant and naturalistic observations were carried out, as well as interviews to identify a demand and later the intervention was carried out, which included the following activities: making banners and urns through art, collecting tax coupons, rehearsing the play "O Nariz" With students, making folders and shirts, disseminating the project's slogan and making artistic materials for the exhibition. The project ended with mobilization in the city center with the presence of the entire institution, where the materials produced were exhibited, the play and dance were presented. The activities contributed to the dissemination of the rights of the insertion of the person with Intellectual Disability. The students, who remained in a position of invisibility, became protagonists in the struggle to guarantee their rights through involvement in the proposed activities. The internship practice contributed to raise awareness and mobilize future professionals in the fight to guarantee the rights of the person with Intellectual Disabilities and show that the Psychology student can become an agent that transforms himself and the context in which he is inserted.

Keywords: Intellectual disability. Stigma; Rights. Inclusion.

INTRODUÇÃO

Criada em 11 de novembro de 1954, no Rio de Janeiro, a APAE é uma organização social que visa oferecer uma atenção especial à pessoa com deficiência, especialmente aquela com Deficiência Intelectual. A instituição se constitui em uma grande rede formada por pais, amigos, pessoas com deficiência, voluntários, profissionais e instituições parceiras, sejam públicas ou privadas (FENAPES, 2015).

Atualmente existem mais de duas mil e duzentas APAEs distribuídas em todo o território nacional, que atendem mais de setecentas mil pessoas com deficiência, tendo como missão a articulação de ações em defesa dos direitos das pessoas com deficiência e a representação do movimento diante de organismos nacionais e internacionais (FENAPAES, 2018).

Sabe-se que a exclusão e a segregação social são marcas na trajetória das pessoas com Deficiência Intelectual, embora tenham seus direitos assegurados de participação política, econômica e social. As distintas visões de mundo inerentes a cada época atravessam as dinâmicas culturais e ressoam diretamente sobre a realidade política, social e científica que orienta as práticas sociais (DIAS; OLIVEIRA, 2013).

A Deficiência Intelectual foi conceituada ao longo da história através de diferentes definições, como por exemplo, idiotas, imbecis, tontos, cretinos, dementes, retardados mentais, inválidos, com necessidades educativas especiais, estúpidos, amentes, entre outras. Embora as terminologias tenham mudado, prevalece algo em comum entre elas: o estigma da exclusão. O que se evidencia é que tais expressões não são meras definições, mas trazem consigo visões de

mundo carregadas de significados depreciativos, significados estes que são expressos cotidianamente nas práticas em relação à pessoa com Deficiência Intelectual (SANTOS, 2015).

No fim do século XIX o médico psiquiatra *Philippe Pinel* utilizou o termo idiotismo para se referir à Deficiência Intelectual, descrevendo-a como “um tipo de alienação mental de base orgânica, caracterizada pela falta de desenvolvimento das faculdades intelectuais, entretanto, não deixou claro o que a diferenciava da demência” (DIAS; OLIVEIRA, 2013, p.172). Posteriormente, *Jean Etienne Esquirol*, discípulo de *Pinel*, alterou o termo idiotismo para idiota e definiu o quadro pela existência de uma carência ou déficit intelectual generalizado e definitivo, de origem inata. Para ele, a idiotia não era uma doença, mas sim uma condição mental que incapacitava o sujeito de desenvolver suas habilidades cognitivas e, portanto, de ter acesso à educação formal (SANTIAGO, 2005).

Já na transição para o século XX, evidenciou-se a concepção do psiquiatra *Jaspers Krapelin*, que sugeriu um sistema classificatório para a Deficiência Intelectual que a compreendia como um estado de fraqueza psíquica que levaria a diferentes graus de deterioração do desenvolvimento mental. Deste modo, a Deficiência Intelectual foi classificada junto ao subgrupo da chamada psicose crônica, que mais tarde passou a ser considerada uma psicose degenerativa, caracterizada pela inibição do desenvolvimento mental (DIAS; OLIVEIRA, 2013).

Atualmente a Deficiência Intelectual tem sido definida pela medicina conforme os critérios da Classificação Internacional de Doenças (CID 10) e do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-V) que levam em consideração os aspectos físicos, mentais e a etiologia da deficiência. No Brasil, especialmente, é constatado o predomínio desse modelo. Devido a isso, as práticas de inclusão social têm sido pouco eficazes (DIAS; OLIVEIRA, 2013).

Já a Classificação Internacional das Funcionalidades (CIF) propôs um modelo que leva em conta a Deficiência Intelectual em sua dimensão biopsicossocial, a fim de promover uma mudança no paradigma vigente (OMS, 2004). Nessa perspectiva, a Deficiência Intelectual é compreendida também como resultado do ambiente social, das diferentes percepções culturais e práticas frente à pessoa com deficiência, da disponibilidade dos serviços ofertados, bem como da legislação vigente (FARIAS; BUCHALLA, 2005).

Na tentativa de minimizar a ênfase no diagnóstico e na patologização, a psiquiatria humanista evidenciou a possibilidade da educação para as crianças com necessidades especiais, desde que inseridas em programas de reabilitação. Entretanto, a perspectiva educacional, ancorada nos saberes da psicometria, associou-se ao imperativo do diagnóstico e à necessidade de medir o desempenho intelectual dos estudantes a fim de adaptá-los ao sistema educacional, o que levou a uma categorização dos indivíduos entre aqueles que podem ou não aprender. Criou-se a noção do deficiente intelectual sujeita às exigências do capitalismo, como alguém ineficaz, improdutivo, uma pessoa inteiramente desacreditada em relação aos seus potenciais (DIAS; OLIVEIRA, 2013).

Segundo as ideias de *Goffman*, autor referenciado quando se trata de estereótipos e categorização dos indivíduos, a sociedade estabelece meios de rotular as pessoas, bem como os atributos considerados comuns e naturais para os seus membros. Nesse sentido, o estigma, termo cunhado pelo próprio autor, faz referência a um atributo profundamente depreciativo. Trata-se de uma marca atribuída à identidade do sujeito, que tem suas qualidades ofuscadas e passa a ser identificado apenas pelo seu atributo diferencial (GOFFMAN, 1978). Desta forma, pode ocorrer também uma auto contaminação, uma vez que sua imperfeição original se “espalha” para toda a sua identidade, produzindo nele uma expectativa de fracasso e uma atitude depreciativa com relação a si mesmo (SILVA, 2011).

As pessoas tendem a ver o diferente conforme certos padrões estabelecidos socialmente. No caso do Deficiente Intelectual, como alguém incompleto, incapaz, reduzindo-o à sua diferença. Dá-se maior ênfase às suas limitações e desconsidera suas possibilidades de desenvolvimento. Assim, as pessoas com Deficiência Intelectual são vistas de forma depreciativa e são desacreditadas pela sociedade (FERREIRA, 2003).

Ao longo da história surgiram movimentos importantes na busca pelos direitos e inclusão das pessoas com Deficiência Intelectual. A partir de então, o processo de inclusão passou a ser visto com um olhar dinâmico e multidimensional. O Estatuto da Pessoa com Deficiência é um exemplo disso, pois surgiu como uma tentativa de perceber o ser humano em sua força e fragilidade e como uma forma de compreender que a diversidade é traço que não se pode separar, mas uni-lo em um sentimento de identidade e pertencimento (DIAS; OLIVEIRA, 2013).

Embora a origem do termo inclusão tenha se dado a partir da palavra integração, é importante destacar que inclusão não é apenas colocar alguém junto a outros, ou colocá-lo em

um grupo de pessoas. Inclusão vai além; é receber alguém e fazer com que essa pessoa seja vista e parte da sociedade (CRUZ; BARRETO, 2010).

A partir de observações e entrevistas realizadas no contexto da APAE de um município do interior da Bahia, identificou-se que os discursos e representações sociais que norteiam as práticas frente à pessoa com Deficiência Intelectual ainda permanecem carregadas de significados depreciativos. A comunidade, de modo geral, tende a ver o Deficiente Intelectual conforme padrões estabelecidos socialmente, como alguém incapaz, incompleto, como um sujeito desprovido de direitos. Identificou-se certo distanciamento e desconhecimento por parte da comunidade e da própria instituição que os acolhe em relação ao seu trabalho e função social, além de uma ausência de políticas públicas direcionadas a inclusão, o que reflete a marca da invisibilidade desse público.

Este trabalho relata uma experiência de estágio realizada na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de uma cidade do interior da Bahia entre o período de fevereiro a junho de 2016, referente à disciplina Estágio Básico I do curso de Psicologia do Centro Universitário UniFG. O trabalho teve como objetivo inserir os alunos da APAE na busca pela garantia de seus direitos, para que estes saiam de uma posição de invisibilidade e assumam uma posição de protagonistas, bem como buscar a sensibilização e adesão da comunidade nas políticas de inclusão.

MATERIAIS E MÉTODOS

A execução do trabalho foi dividida em dois momentos. O primeiro momento teve como objetivo identificar uma demanda da instituição para que pudesse ser trabalhada posteriormente na intervenção. Para tanto, foi utilizada como metodologia a observação participante, assistemática e naturalística, que ocorreu às quintas-feiras, das 13h00min às 15h00min horas, entre 18/02/2016 a 14/04/2016, na APAE. Este método tem como objetivo colher informações da realidade em ambiente real, à medida que acontecem, participando ativamente com o observado (FERREIRA; MOUSQUER, 2004). Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as professoras da instituição, técnica que consiste na junção de perguntas abertas e fechadas e se destaca pela flexibilidade, o que permite respostas espontâneas, bem como questões inesperadas ao entrevistador, que podem ser úteis à pesquisa (MYNAIO, 1993).

No segundo momento foi colocada em prática a execução do projeto, entre os dias 28/04/2016 a 02/06/2016, na APAE, totalizando sete encontros. No primeiro encontro foi apresentado o projeto de intervenção para a instituição, a fim de obter o apoio da mesma. Nos encontros posteriores foram confeccionados os seguintes materiais artísticos para exposição: folhetos informativos, banner, faixa, urnas para coleta de cupons fiscais, desenhos e pinturas em tela. Para a confecção dos materiais foi utilizado folha A 4, lápis de cor, giz de cera, tinta guache, tela, cartolina, emborrachado, cola, tesoura e faixa de TNT, adquiridos através de patrocínios. Houve o ensaio de uma peça teatral intitulada “O Nariz” e uma coreografia. Também foram confeccionadas camisetas com o tema do projeto e um anúncio digital contendo a data e local do evento. O projeto finalizou com um evento realizado na praça do centro da cidade, onde foram expostos os materiais produzidos, apresentada a peça teatral e dança.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A partir dos dados colhidos por meio das observações e da análise das entrevistas realizadas com as professoras foi proposto o projeto de intervenção que teve como objetivo inserir os alunos da APAE na busca pela garantia de seus direitos, para que estes saiam de uma posição de invisibilidade e assumam a posição de protagonistas, bem como buscar a sensibilização e adesão da comunidade nas políticas de inclusão. Embora o projeto tenha se constituído de duas etapas, não será foco deste trabalho a descrição dos dados coletados por meio das observações e entrevistas, mas sim os resultados alcançados a partir da sua execução.

No primeiro encontro houve a apresentação do projeto para a instituição por meio de uma palestra que contou com a participação dos alunos, professores, diretora, funcionários e demais estagiárias. Buscou-se, por meio desta, despertar o interesse de todos para a causa social em questão e percebeu-se que esse objetivo foi atingido, pois o projeto teve ampla receptividade entre aqueles que faziam parte da instituição.

No segundo encontro as estagiárias de Psicologia buscaram patrocínio dos materiais necessários para a execução do projeto e foi dado início à produção. Foi confeccionada uma faixa com o nome do projeto e duas caixas para a arrecadação de cupons fiscais para a APAE, onde buscou deixar a marca das mãos dos alunos, objetivando dar a eles visibilidade e maior percepção de si mesmos.

Figura 1 - Caixa para depósito de cupons fiscais



Fonte: Arquivo Pessoal (2016).

Buscou-se a adesão dos alunos para a execução dessa atividade, assim como das demais, pois um dos objetivos do projeto foi justamente o de fazer com que eles fossem protagonistas de todo o processo. É necessário proporcionar espaços como esse a fim de romper com a invisibilidade das pessoas com Deficiência Intelectual, pois o protagonismo não apenas empodera os sujeitos, como também concretiza a inclusão social a partir do momento em que eles passam a ser sujeitos ativos nessa luta (RESENDE; BARBOS, 2018).

Na semana seguinte foi proposta a realização de desenho livre e pinturas, estimulando suas criatividade. Foram distribuídas folhas A4, telas, caixas de lápis de cor, giz de cera, tinta guache e pincéis. Foi observado o interesse e o envolvimento de todos na atividade. Ao mesmo tempo, as estagiárias produziram panfletos informativos sobre o que é a APAE, qual sua finalidade e a que público atende, pois percebeu-se, por meio das falas das professoras, que havia certo desconhecimento por parte da comunidade local sobre o papel da instituição e a principal forma de se alcançar uma sociedade mais justa e inclusiva é por meio do conhecimento e conscientização das pessoas.



Fonte: Arquivo Pessoal (2016).

No quarto encontro foram selecionados os alunos para o ensaio da peça teatral intitulada “O Nariz”. Todos ficaram entusiasmados com a ideia e se dispuseram a ensaiar. Foram divididos os papéis e as falas de cada personagem. A atividade buscou trabalhar o protagonismo e a expressividade ao colocá-los como atores, e a valorização das diferenças individuais através da temática trazida pela peça.

A sociedade de um modo geral tende a ver o Deficiente Intelectual conforme padrões estabelecidos socialmente, como alguém que é incapaz e incompleto. É dada maior ênfase às suas limitações e são desconsideradas as suas potencialidades. Deste modo, o deficiente intelectual passa a ser desacreditado pela comunidade e pela própria família (FERREIRA, 2003). A finalidade dessas atividades foi a de fazer com que os alunos demonstrassem suas capacidades e expressassem suas vivências através da dramatização, pois é preciso desconstruir discursos sociais negativos sobre a pessoa com Deficiência Intelectual e concebê-la de outra maneira, dando ênfase às suas possibilidades e atribuindo-lhe voz para que seja autora dos discursos e práticas em relação a si mesma (MELO et al., 2014).

Em seguida foi divulgado o slogan do projeto para a comunidade acadêmica no mural eletrônico do Centro Universitário UniFG e foram colocadas as caixas na recepção da mesma instituição para arrecadação dos cupons fiscais, atividade que obteve resultados positivos, pois a comunidade acadêmica aderiu à doação.

No sexto dia de intervenção foram organizados os últimos preparativos para a realização do evento, a entrega das camisetas personalizadas com o slogan do projeto para as estagiárias, professoras e funcionários e novamente o ensaio da peça com os alunos. Estes, já demonstravam melhor desempenho em seus papéis, o que no início estava mais difícil.

Por fim, no sétimo encontro, foi realizado no dia 02 de junho um evento na praça principal do centro da cidade com a presença dos alunos, professoras, funcionários, familiares e estagiárias da APAE. No evento todas as estagiárias, professoras e funcionários da instituição estavam vestidos com uniforme personalizado do projeto. Foram levados os materiais artísticos produzidos ao longo das intervenções e também outros produzidos com o auxílio das professoras em outros momentos. Todos eles foram expostos na praça em mesas e varais feitos nas árvores. Alguns alunos e professoras seguraram uma faixa no semáforo, outros distribuíam os folders para os motoristas, comerciantes e pessoas que passavam por ali. Uma das estagiárias deu início ao evento ressaltando a importância do projeto e qual o objetivo daquele encontro. Logo houve a apresentação da peça e, em seguida, a professora de dança, juntamente com os alunos, apresentaram a coreografia. Ao término das apresentações, a professora de dança ainda ofereceu uma aula de zumba aberta a todos.

O evento buscou captar a atenção e o olhar da comunidade para o trabalho desenvolvido pela APAE. Foi percebida durante a realização do evento uma certa inquietação por parte dos que ali passavam. Todos demonstraram curiosidade em saber o que estava acontecendo e ficaram atentos, alguns se aproximavam, outros ficavam de longe, mas observando.

Sabe-se que contato social das pessoas com Deficiência Intelectual é extremamente escasso, ou até inexistente. Desta forma, a imagem que se forma socialmente a respeito das mesmas não corresponde, muitas vezes, à realidade vivida. Daí a importância da promoção de projetos que demonstrem para a comunidade que o Deficiente Intelectual é uma pessoa plenamente capaz e, assim, desconstruir possíveis representações sociais equivocadas (PEREIRA; MONTEIRO; PEREIRA, 2011).

Ao longo da história surgiram movimentos importantes na busca dos direitos e da inclusão das pessoas com Deficiência Intelectual. A partir de então, o processo de inclusão passou a ser visto com um olhar diferenciado (FILHO; FERREIRA, 2013). Nesse sentido, o projeto buscou uma maior inclusão do Deficiente Intelectual, visto que os discursos e as representações sociais que norteiam as práticas frente a eles ainda permanecem carregadas de

significados negativos. Apesar das lutas e conquistas alcançadas, a sociedade ainda tende a vê-los conforme padrões estabelecidos socialmente, fazendo com que a exclusão e a segregação social sejam marcas na trajetória de vida desses sujeitos.

Buscou-se sensibilizar a comunidade de modo que esta possa rever seus conceitos e práticas frente à pessoa com Deficiência Intelectual, bem como a aproximação da sociedade com relação ao trabalho da APAE, visto que esta instituição se encontra relegada ao esquecimento. É preciso que a sociedade seja conscientizada de que todos fazem parte da luta pela garantia de direitos, caso contrário não será possível alcançar uma verdadeira inclusão no sentido da palavra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização do trabalho de campo foi assumido o desafio de buscar o envolvimento dos alunos, professoras, direção e toda a comunidade para ressaltar a importância da inclusão social. As atividades contribuíram para a divulgação dos direitos de inserção da pessoa com Deficiência Intelectual. Os alunos, que permaneciam numa posição de invisibilidade, tornaram-se protagonistas na luta pela garantia de seus direitos através do envolvimento nas atividades propostas.

Conclui-se que a Psicologia precisa estar engajada nas políticas e nos movimentos sociais voltados para a inclusão da pessoa com deficiência. A prática de estágio contribuiu para sensibilizar e mobilizar futuros profissionais na luta pela garantia dos direitos da pessoa com Deficiência Intelectual e para mostrar que o estudante de Psicologia pode tornar-se um agente transformador de si e do contexto em que está inserido.

AGRADECIMENTOS E APOIOS

Ao Centro Universitário UniFG, pelo suporte na divulgação do projeto. Aos patrocinadores pelo apoio, e a todos os voluntários pelo auxílio prestado.

REFERÊNCIAS

CRUZ, L.R.; BARRETO, S.J. **A importância do lazer na inclusão de pessoas portadoras de deficiência mental na sociedade**. Instituto Catarinense de Pós Graduação. Santa Catarina: 2005. Disponível em: <http://docplayer.com.br/16612142-A-importancia-do-lazer-na-inclusao-da-pessoa-portadora-de-deficiencia-mental-na-sociedade.html>. Acesso em: abril de 2016.

DIAS, S. S.; LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S. Deficiência Intelectual na Perspectiva Histórico-Cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. **Revista Brasileira de Educação especial**, v. 19, n. 2, p. 169-182, 2013.

FARIAS, N.; BUCHALLA, M. C. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: conceitos, usos e perspectivas. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 8, n. 2, p.187-193, 2005.

FENAPAES. **Federação Nacional das APAES**. Brasília: 2018. Disponível em: <http://www.apaebrasil.org.br/#/>. Acesso em: set. de 2020.

FERREIRA, M. E. C. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

FERREIRA, V. R. T.; MOUSQUER, D. N. Observação em psicologia clínica. **Revista de psicologia da UnC**. v. 2, n. 1, p. 54-61, 2004.

FILHO, A. V. C.; FERREIRA, G. Movimentos Sociais e o Protagonismo das Pessoas com Deficiência / Social Movements and Leadership of Person with Disability. **SER Social**, v. 15, n. 32, p. 93-116, 2013.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

MELO, A. S. et al. O Protagonismo de Pessoas com Deficiência Intelectual no Processo de Ensino-Aprendizagem da Capoeira. **Pensar a Prática**, v. 17, n. 1, p. 01-294, 2014.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF**. Traduzido e revisado por Amélia Leitão. Lisboa, 2004. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/arquivos/CIF.pdf>. Acesso em: abril de 2016.

PEREIRA, O.; MONTEIRO, I.; PEREIRA, A. L. A visibilidade da deficiência – Uma revisão sobre as Representações Sociais das Pessoas com Deficiência e Atletas Paralímpicos nos media impressos. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. XXII, p. 199-2017, 2011.

RESENDE, M. C.; BARBOS, B. K. Gincana inclusiva: protagonismo, empoderamento e visibilidade das pessoas com deficiência. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 13, n. 4, p. 01-12, 2018.

SANTIAGO, M. L. **A inibição intelectual na psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SANTOS, M. P. **Acessibilidade para os usuários com deficiência intelectual em Biblioteca Pública**: um estudo de caso em Nova Iguaçu. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, E. L. Eu Existo e Quero Ser Visto: a inclusão da criança com síndrome de Down no lócus pedagógico. **Revista Magistro**, v. 2, n. 1, p. 125-139, 2011.

Recebido em: 01 de fevereiro de 2020.

Aceito em: 21 de fevereiro de 2021.